



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) N  009/2024

A PRESENTE LICITA O POSSUI ITENS DESTINADOS   AMPLA PARTICIPA O E ITENS DESTINADOS  S MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS

PROCESSO LICITATÓRIO	016/2024
MODALIDADE/FORMA/TIPO	Pregão/Eletrônico/Menor Preço por Item
NÚMERO DA LICITA�O	009/2024

1 - PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE POT , por intermédio do Agente de Contrata o realizar  a Licita o na Modalidade Pregão Eletrônico, em sessão pública a ser realizada na Plataforma de Licita es Licitar Digital (www.licitardigital.com.br), conforme especificado no ANEXO I deste edital.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro oficial e pela Equipe de Apoio, regido pelas Leis n  14.133/21, Lei Complementar n  123/06 e demais normas pertinentes e pelas condi es estabelecidas pelo presente Edital.

1.3 - O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Pot , através do endereço eletrônico www.pote.mg.gov.br, na Plataforma de Licita es Licitar Digital, através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br, poderá, ainda, ser solicitada através do e-mail: licitacao@pote.mg.gov.br e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Pot , em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publica o.

1.4 - Toda e qualquer altera o que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como retifica o, adendo, suspensão ou revoga o, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Pot  e, no site www.pote.mg.gov.br.

1.5 - A Administra o não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a altera o no Site supracitado conseqüentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO (ELETRÔNICO) N  009/2024

LOCAL:	O Pregão (Eletrônico) será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, no endereço www.licitardigital.com.br
DATA:	10 de maio de 2024
HORÁRIO:	09:00 horas
REFERÊNCIA DE HORÁRIO:	Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documenta�o relativa ao certame



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



2 - OBJETO

2.1 - A presente licitação tem como objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO**, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I.

2.2 - A licitação **será dividida em itens**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.3 - Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Estudo Técnico Preliminar
ANEXO III	Minuta do Contrato

3 - CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus Anexos.

3.2 - Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento na plataforma www.licitardigital.com.br.

3.3 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6 - Para as **cotas dos itens 01 ao 08** a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.6.1 - A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



3.6.2 - Os itens **01 ao 08** serão destinados à AMPLA PARTICIPAÇÃO, ou seja, empresa de qualquer porte.

3.7 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.8 - Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1 - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8 - Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.8.9 - Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.8.10 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.11 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.9 - O impedimento de que trata o item **3.8.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **3.8.1 e 3.8.2** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12 - O disposto nos itens **3.8.1 e 3.8.2** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.14 - A vedação de que trata o item **3.8.7** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.licitardigital.com.br, no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo ao PREGOEIRO decidir sobre a petição no prazo de **02 (dois) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.1.1 - Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

4.2 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o **terceiro dia útil** que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.3 - A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

4.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



4.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5 - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

5.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

5.2 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).

5.3 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Poté, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

5.4 - O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.5 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subseqüente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

5.6 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.7 - COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

- Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

- Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

- Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

- Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

- Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



- Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021;

- Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

- Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

- Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

Sim, ME Sim, EPP Não, outros enquadramentos

5.8 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.4 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.5 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.6 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.6.1 - A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



6.6.2 - Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.7 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.7.1 - Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.7.2 - Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.8 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.6 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.9 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.10 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1 - Valor unitário e total do lote e seus itens;

7.1.2 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

7.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam ao Fornecedor/Contratada.

7.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

7.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5 - O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7.7 - No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



8 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 - Os documentos abaixo relacionados, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 - Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.

8.3 - Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

HABILITAÇÃO JURÍDICA

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, **caso se trate de pessoa física**, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Alvará Sanitário expedido pelo Órgão da Vigilância Sanitária competente da Secretaria de Saúde do Estado ou do Município de origem da empresa, quando houver delegação de competência, para emissão do alvará pelo município.

8.4 - Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.5 - Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



8.6 - Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.6.1- Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.7 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópias autenticadas, preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.

8.8 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.9 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.10 - A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1 - Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36](#) e no [§ 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.11 - A verificação e a exigência dos documentos somente serão feitas em relação ao licitante vencedor.

8.11.1 - Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11.2 - Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.12 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.12.1 - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.12.2 - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



8.13 - Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem.

8.15 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.17 - Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.3 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.4 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.6 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.7 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.8 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.

9.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.10 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



9.11 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.12 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.13 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.14 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.15 - Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor.

9.16 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.17 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

9.18 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.19 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.20 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.21 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.22 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.23 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

9.24 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.25 - A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



9.26 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.27 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.28 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.29 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/21, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

9.29.1 - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.29.2 - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.29.3 - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.29.4 - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.29.5 - Empresas brasileiras;

9.29.6 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.29.7 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.30 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.31 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.32 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.33 - Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



entanto quando se tratar de mais de um item por lote o Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.34 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.2 - O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

10.3 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.4 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.5 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.6 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.7 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.8 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.9 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.9.1 - Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



10.10 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.11 - O Pregoeiro deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.12 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.13 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “chat”.

11 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 0 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

11.1.2 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

11.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

11.3 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

11.4 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

11.4.1 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

11.4.2 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.5 - Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11.6 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

11.7 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificado em primeiro lugar quanto à adequação



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

11.8 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.8.1 - Contiver vícios insanáveis;

11.8.2 - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

11.8.3 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.8.4 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.8.5 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.9 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.9.1 - A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

11.9.1.1 - Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.9.1.2 - Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.10 - Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobre preço considerará o seguinte:

11.10.1 - Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado;

11.10.2 - No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

11.10.3 - No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

11.10.4 - Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

11.11 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.12 - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



11.12.1 - Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

11.12.2 - Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

11.12.3 - Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

11.12.4 - Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

11.12.5 - Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

11.13 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

11.13.1 - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

11.13.2 - Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.14 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

11.15 - Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

11.16 - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



11.17 - Os resultados das avalia es serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

11.18 - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especifica es previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

11.19 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisar  a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-  com a verifica o da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verifica o de uma que atenda às especifica es constantes no Termo de Referência.

12 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

12.1 - A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico.

12.1.1 - Quando houver mais de um item por lote, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente, quando não for possível matematicamente a divisão dos valores de forma proporcional, deverá o fornecedor atualizar sua proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas, ou, em outro prazo determinado pelo Pregoeiro.

12.1.2 - O Pregoeiro poderá também liberar a atualiza o de proposta manual diretamente na plataforma para que o fornecedor faça o preenchimento do(s) valor(es) do(s) item(s) do(s) lote(s) livremente caso entenda necessário.

12.2 - Deverá, contudo, o licitante vencedor, encaminhar por e-mail licitacao@pote.mg.gov.br a indica o do banco, número da conta e agência, para fins de pagamento, isso no prazo de 24 (vinte e quatro horas);

13 - DO RECURSO

13.1 - A interposi o de recurso referente ao julgamento das propostas,   habilita o ou inabilita o de licitantes,   anula o ou revoga o da licita o, observar  o disposto no [art. 165 da Lei n  14.133, de 2021](#).

13.2 - O prazo recursal   de 3 (três) dias úteis, contados da data de intima o ou de lavratura da ata.

13.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilita o ou inabilita o do licitante:

13.3.1 - A inten o de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 - O prazo para a manifesta o da inten o de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

13.3.3 - O prazo para apresenta o das razões recursais será iniciado na data de intima o ou de lavratura da ata de habilita o ou inabilita o;



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



13.3.4 - Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.licitardigital.com.br e www.pote.mg.gov.br.

14 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Superior competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15 - DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1 - Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, cujo prazo de vigência encontra-se nele fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) - A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) - A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

15.3 - O Contrato será assinado por meio de assinatura digital.

15.4 - Serão formalizadas tantos Contratos quantos forem necessários para os lotes constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços e demais condições.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



15.5 - O preço, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência do contrato.

15.6 - Na hipótese de o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

16 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1 - Conforme previsto no artigo 105, da Lei Federal 14.133/2021, o prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado conforme previsto no artigo 107, da Lei Federal 14.133/2021.

17 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1 - O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores, sem direito a qualquer indenização.

17.2 - Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à contratada, esta entregará a documentação correspondente aos serviços executados que, se aceitos pela Fiscalização, serão pagos pelo **CONTRATANTE**, deduzidos os débitos existentes.

18 - DA FISCALIZAÇÃO

18.1 - A entrega do produto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo **CONTRATANTE**, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, que acompanhará a entrega do produto e/ou serviço, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

18.2 - Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o **CONTRATANTE** e terá as seguintes atribuições:

- a) - Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes;
- b) - Receber o produto e/ou serviço, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc;
- c) - Agir e decidir em nome do **CONTRATANTE**, inclusive, para rejeitar o(s) produto(s) e/ou serviço(s) entregue(s) em desacordo com as especificações exigidas;
- d) - Coletar, se julgar necessário, amostra(s) de todos os itens, para realização de análise;
- e) - Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição do(s) produto(s) e/ou serviço(s);
- f) - Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) e/ou serviço(s) entregue(s) ao que foi solicitado;



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



- g) - Exigir da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
- h) - Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento;
- i) - Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;
- j) - Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à empresa vencedora;
- k) - Instruir o(s) recurso(s) da empresa vencedora no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do **CONTRATANTE**;
- l) - No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

19 - DO PAGAMENTO

19.1 - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado no 30º (trigésimo) dia, à **CONTRATADA**, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/21.

19.1.1 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização do fornecimento e/ou prestação dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

19.1.2 - A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação dos produtos entregues pela fiscalização do Município de Poté e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

19.1.3 - Para execução do pagamento, **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de Poté, informando o **número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra**.

19.1.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Poté.

19.2 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

19.3 - O Município de Poté poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CONTRATADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



- a) - A **CONTRATADA** deixe de acatar quaisquer determina es exaradas pelo  rgo fiscalizador do Município de Pot .
- b) - Não cumprimento de obriga o assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda   cláusula infringida.
- c) - A **CONTRATADA** retarde indevidamente a execu o do fornecimento ou paralise o mesmo por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de Pot .
- d) - Débito da **CONTRATADA** para com o Município de Pot  quer proveniente da execu o deste instrumento, quer de obriga es de outros contratos.
- e) - Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infra o as demais cláusulas e obriga es estabelecidas neste instrumento.

19.4 - Respeitadas as condi es previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Município de Pot , os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o  ndice de varia o do IGP-M do mês anterior ao do pagamento "pro rata tempore", ou por outro  ndice que venha lhe substituir, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

NOTA 1: O encaminhamento da nota fiscal para pagamento poderá ser feito através do envio dos documentos para o e-mail: compras@pote.mg.gov.br.

20 - DAS INFRA OES ADMINISTRATIVAS E SAN OES

- 20.1 - Comete infra o administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 20.1.1 - Deixar de entregar a documenta o exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;
- 20.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 20.1.2.1 - Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negocia o;
- 20.1.2.2 - Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 20.1.2.3 - Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 20.1.2.4 - Deixar de apresentar amostra;
- 20.1.2.5 - Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especifica es do edital;
- 20.1.3 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documenta o exigida para a contrata o, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 20.1.3.1 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administra o;
- 20.1.4 - Apresentar declara o ou documenta o falsa exigida para o certame ou prestar declara o falsa durante a licita o;
- 20.1.5 - Fraudar a licita o;



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



20.1.6 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

20.1.6.1 - Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

20.1.6.2 - Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

20.1.6.3 - Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

20.1.7 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licita o

20.1.8 - Praticar ato lesivo previsto no [art. 5  da Lei n.  12.846, de 2013](#).

20.2 - Com fulcro na [Lei n.  14.133, de 2021](#), a Administra o poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicat rios as seguintes san es, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

20.2.1 - Advertência;

20.2.2 - Multa;

20.2.3 - Impedimento de licitar e contratar e

20.2.4 - Declara o de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da puni o ou até que seja promovida sua reabilita o perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.3 - Na aplica o das san es serão considerados:

20.3.1 - A natureza e a gravidade da infra o cometida.

20.3.2 - As peculiaridades do caso concreto.

20.3.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

20.3.4 - Os danos que dela provierem para a Administra o Pública.

20.3.5 - A implanta o ou o aperfei amento de programa de integridade, conforme normas e orienta es dos órgãos de controle.

20.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias**  teis, a contar da comunica o oficial.

20.4.1 - Para as infra es previstas nos itens 20.1.1, 20.1.1 e 20.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

20.4.2 - Para as infra es previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

20.5 - As san es de advertência, impedimento de licitar e contratar e declara o de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não,   penalidade de multa.

20.6 - Na aplica o da san o de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intima o.

20.7 - A san o de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infra es administrativas relacionadas nos itens 20.1.1, 20.1.1 e 20.1.3, quando não se justificar a imposi o de penalidade mais grave, e impedir  o



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

20.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **20.1.1, 20.1.1 e 20.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

20.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **20.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

20.10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

20.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

20.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

21 - EXTENSÃO DAS PENALIDADES

21.1 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o **CONTRATANTE** poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

21.1.1 - Retardarem a execução do pregão;

21.1.2 - Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



21.1.3 - Fizerem declara o falsa ou cometerem fraude fiscal.

22 - DAS DISPOSI OES GERAIS

22.1 - Será divulgado ata da sessão pública no sistema eletrônico.

22.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realiza o do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunica o em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3 - As despesas decorrentes da aquisi o, correrão por conta das seguintes dota oes orçamentárias:

200301.0412201062.012 - Manuten o da Secretaria Municipal de Administra o e Finanças

33903000000 - Material de Consumo

15000000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos (livre)

Ficha: 074

200301.0412201062.012 - Manuten o da Secretaria Municipal de Administra o e Finanças

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

17200000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos (livre)

Ficha: 077

200301.0412301062.022 - Manuten o da Divisão de Contabilidade

33903000000 - Material de Consumo

15000000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos (livre)

Ficha: 130

200301.0412301062.022 - Manuten o da Divisão de Contabilidade

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15000000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos (livre)

Ficha: 133

200301.0618101062.025 - Manuten o Convênio com Polícia Militar

33903000000 - Material de Consumo

15000000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos (livre)

Ficha: 146

200301.0618101062.025 - Manuten o Convênio com Polícia Militar

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15000000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos (livre)

Ficha: 148

200601.1012201062.040 - Manuten o da Secretaria de Saúde

33903000000 - Material de Consumo

15000000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos (livre)

Ficha: 260

200601.1012201062.040 - Manuten o da Secretaria de Saúde

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15000001002 - Recursos Não Vinculados de Impostos (livre)



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



Ficha: 263

200602.1030102032.050 - Manut. Programa Saúde da Família - PSF
33903000000 - Material de Consumo

16000000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do
Governo Federal

16210000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do
Governo Estadual

Ficha: 322

200602.1030202012.047 - Manutenção Programa de Transporte de Doentes

33903000000 - Material de Consumo

15000001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Saúde)

Ficha: 334

200602.1030502452.056 - Atividades da Vigilância Epidemiológica

33903000000 - Material de Consumo

16000000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do
Governo Federal

16210000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do
Governo Estadual

Ficha: 385

16000000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do
Governo Federal

16210000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do
Governo Estadual

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Ficha: 388

200701.1212201062.057 - Manutenção da Secretaria de Educação

33903000000 - Material de Consumo

15000001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Educação)

Ficha: 393

15000001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Educação)

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Ficha: 396

200801.1512201062.083 - Atividades Serviços de Obras e Serviços Urbano

33903000000 - Material de Consumo

15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre)

Ficha: 577

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre)

Ficha: 580

22.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



22.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.10 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.pote.mg.gov.br e www.licitardigital.com.br.

Poté, 23 de abril de 2024.

LUCIANO GOUVEIA COSTA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO N  016/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N  009/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDI OES GERAIS DA CONTRATA O

1.1. PRESTA O DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E FORNECIMENTO DE ALIMENTA O, nos termos da tabela abaixo, conforme condi oes e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICA�O	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL
1	ALIMENTA�O (ALMOÇO / JANTAR): SERVIDA A ESTILO DE REFEI�O OU SELF SERVICE SEM BALANÇA, PREPARADA DENTRO DOS PADRÕES DE HIGIENE, COMPOSTA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS, BEM TEMPERADOS, COM UMA BOA VARIEDADE DE VERDURAS, CARNES E LEGUMES. LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE POT�/MG</u>	UNIDADE	11.250	28,87	324.787,50
COTA DO ITEM 1	ALIMENTA�O (ALMOÇO / JANTAR): SERVIDA A ESTILO DE REFEI�O OU SELF SERVICE SEM BALANÇA, PREPARADA DENTRO DOS PADRÕES DE HIGIENE, COMPOSTA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS, BEM TEMPERADOS, COM UMA BOA VARIEDADE DE VERDURAS, CARNES E LEGUMES. LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE POT�/MG</u>	UNIDADE	3.750	28,87	108.262,50
2	ALIMENTA�O (ALMOÇO): SERVIDA A ESTILO DE REFEI�O OU SELF SERVICE SEM BALANÇA, PREPARADA DENTRO DOS PADRÕES DE HIGIENE, COMPOSTA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS, BEM TEMPERADOS, COM UMA BOA VARIEDADE DE VERDURAS, CARNES E LEGUMES. LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI - MG</u>	UNIDADE	11.750	28,87	339.222,50
COTA DO ITEM 2	ALIMENTA�O (ALMOÇO): SERVIDA A ESTILO DE REFEI�O OU SELF SERVICE SEM BALANÇA, PREPARADA DENTRO DOS PADRÕES DE HIGIENE, COMPOSTA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS, BEM TEMPERADOS, COM UMA BOA VARIEDADE DE VERDURAS, CARNES E LEGUMES. LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI - MG</u>	UNIDADE	3.750	28,87	108.262,50
3	ALIMENTA�O: (ALMOÇO) SERVIDA EM MARMITEX NÚMERO 09 ESTILO DE REFEI�O, PREPARADA DENTRO DOS PADRÕES DE HIGIENE, COMPOSTA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS, BEM TEMPERADOS, COM UMA BOA VARIEDADE DE VERDURAS, CARNES E LEGUMES. LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI - MG</u>	MARMITEX	4.500	20,70	93.150,00



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



COTA DO ITEM 3	ALIMENTAÇÃO: (ALMOÇO) SERVIDA EM MARMITEX NÚMERO 09 ESTILO DE REFEIÇÃO, PREPARADA DENTRO DOS PADRÕES DE HIGIENE, COMPOSTA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS, BEM TEMPERADOS, COM UMA BOA VARIEDADE DE VERDURAS, CARNES E LEGUMES. LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI - MG</u>	MARMITEX	1.500	20,70	31.050,00
4	ALIMENTAÇÃO (ALMOÇO / JANTAR): SERVIDA EM MARMITEX NÚMERO 09 ESTILO DE REFEIÇÃO, PREPARADA DENTRO DOS PADRÕES DE HIGIENE, COMPOSTA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS, BEM TEMPERADOS, COM UMA BOA VARIEDADE DE VERDURAS, CARNES E LEGUMES. LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE POTÉ/MG.</u>	MARMITEX	15.000	20,70	310.500,00
COTA DO ITEM 4	ALIMENTAÇÃO (ALMOÇO / JANTAR): SERVIDA EM MARMITEX NÚMERO 09 ESTILO DE REFEIÇÃO, PREPARADA DENTRO DOS PADRÕES DE HIGIENE, COMPOSTA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS, BEM TEMPERADOS, COM UMA BOA VARIEDADE DE VERDURAS, CARNES E LEGUMES. LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE POTÉ/MG.</u>	MARMITEX	5.000	20,70	103.500,00
5	HOSPEDAGEM COM CAFÉ DA MANHÃ, PERNOITE EM QUARTO SIMPLES, PARA 01 PESSOA CONTENDO: VENTILADOR, AR-CONDICIONADO, FRIGOBAR, BANHEIRO CONJUGADO, ÁGUA GELADA, CAMA CONFORTÁVEL, BOM ESTADO CONSERVAÇÃO E DE HIGIENE. LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE POTÉ/MG</u>	DIÁRIA	2.250	84,93	191.092,50
COTA DO ITEM 5	HOSPEDAGEM COM CAFÉ DA MANHÃ, PERNOITE EM QUARTO SIMPLES, PARA 01 PESSOA CONTENDO: VENTILADOR, AR-CONDICIONADO, FRIGOBAR, BANHEIRO CONJUGADO, ÁGUA GELADA, CAMA CONFORTÁVEL, BOM ESTADO CONSERVAÇÃO E DE HIGIENE. LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE POTÉ/MG</u>	DIÁRIA	750	84,93	63.697,50
6	HOSPEDAGEM COM CAFÉ DA MANHÃ, PERNOITE EM QUARTO SIMPLES, PARA DUAS PESSOAS CONTENDO: VENTILADOR, BANHEIRO HOSPEDAGEM: COM CAFÉ DA MANHÃ, PERNOITE EM QUARTO SIMPLES, PARA DUAS PESSOAS CONTENDO: VENTILADOR, BANHEIRO CONJUGADO, ÁGUA GELADA, CAMA CONFORTÁVEL, BOM ESTADO CONSERVAÇÃO E DE HIGIENE, LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE POTÉ/MG</u>	DIÁRIA	2.250	94,93	213.592,50
COTA DO ITEM 6	HOSPEDAGEM COM CAFÉ DA MANHÃ, PERNOITE EM QUARTO SIMPLES, PARA DUAS PESSOAS CONTENDO: VENTILADOR, BANHEIRO HOSPEDAGEM: COM CAFÉ DA MANHÃ, PERNOITE EM QUARTO SIMPLES, PARA DUAS PESSOAS CONTENDO: VENTILADOR, BANHEIRO CONJUGADO, ÁGUA GELADA, CAMA CONFORTÁVEL, BOM ESTADO CONSERVAÇÃO E DE HIGIENE, LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE POTÉ/MG</u>	DIÁRIA	750	94,93	71.197,50



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



7	HOSPEDAGEM COM CAFÉ DA MANHÃ, PERNOITE EM QUARTO SIMPLES, PARA UMA PESSOA CONTENDO: VENTILADOR, BANHEIRO, HOSPEDAGEM: COM CAFÉ DA MANHÃ, PERNOITE EM QUARTO SIMPLES, PARA UMA PESSOA CONTENDO: VENTILADOR, BANHEIRO CONJUGADO, ÁGUA GELADA, CAMA CONFORTÁVEL, BOM ESTADO CONSERVAÇÃO E DE HIGIENE. LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE POTÉ/MG</u>	DIÁRIA	1.875	71,26	133.612,50
COTA DO ITEM 7	HOSPEDAGEM COM CAFÉ DA MANHÃ, PERNOITE EM QUARTO SIMPLES, PARA UMA PESSOA CONTENDO: VENTILADOR, BANHEIRO, HOSPEDAGEM: COM CAFÉ DA MANHÃ, PERNOITE EM QUARTO SIMPLES, PARA UMA PESSOA CONTENDO: VENTILADOR, BANHEIRO CONJUGADO, ÁGUA GELADA, CAMA CONFORTÁVEL, BOM ESTADO CONSERVAÇÃO E DE HIGIENE. LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE POTÉ/MG</u>	DIÁRIA	625	71,26	44.537,50
8	HOSPEDAGEM COM CAFÉ DA MANHÃ, PERNOITE EM QUARTO SIMPLES, PARA UMA PESSOA CONTENDO: VENTILADOR, BANHEIRO CONJUGADO, ÁGUA GELADA, CAMA CONFORTÁVEL, BOM ESTADO CONSERVAÇÃO E DE HIGIENE. LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE POTÉ - MG</u>	DIÁRIA	2.250	71,26	160.335,00
COTA DO ITEM 8	HOSPEDAGEM COM CAFÉ DA MANHÃ, PERNOITE EM QUARTO SIMPLES, PARA UMA PESSOA CONTENDO: VENTILADOR, BANHEIRO CONJUGADO, ÁGUA GELADA, CAMA CONFORTÁVEL, BOM ESTADO CONSERVAÇÃO E DE HIGIENE. LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE POTÉ - MG</u>	DIÁRIA	750	71,26	53.445,00
TOTAL					2.350.245,00

1.2. Os bens e/ou serviços objeto desta licitação são caracterizados como comuns.

1.3. O objeto desta licitação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.4. Conforme previsto no artigo 105, da Lei Federal 14.133/2021, o prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado conforme previsto no artigo 107, da Lei Federal 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO** destina-se a atender as necessidades das Secretarias Municipais de Poté. As refeições serão destinadas à manutenção das Secretarias Municipais e utilizadas por servidores em serviço, quando em cursos, reuniões, seminários, na Zona Rural do Município de Poté e/ou no Município de Teófilo Otoni.

2.2. As Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de Poté vem a solicitar tais aquisições de Serviço de hospedagens e alimentação no âmbito das sedes dos Município de Poté e de Teófilo Otoni onde serão fornecidos de acordo com as necessidades nos eventos realizados pelas unidades administrativas do município, tais como área da saúde, assistência social e demais setores das unidades administrativas sendo assim se faz necessária tal aquisição.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



2.3. A contratação de empresa para fornecimento de Serviço de hospedagens e alimentação no âmbito da sede do município aos setores, se faz necessária para o cumprimento de suas atividades finalísticas e administrativas, por serem Serviços/produtos de atendimentos e entregas imediatas, independente do dia, horário e local, será motivada pela sua necessidade.

2.4. O Município de Poté, em sua busca contínua por excelência na prestação de serviços públicos, reconhece a importância de garantir condições adequadas para o funcionamento eficiente das secretarias municipais.

2.5. As secretarias municipais desempenham um papel crucial na administração e na prestação de serviços essenciais à comunidade de Poté. No entanto, muitas vezes, as demandas operacionais das secretarias exigem a realização de eventos, capacitações, reuniões e outras atividades que demandam espaços adequados e serviços de alimentação para garantir o sucesso e o conforto dos participantes, além disso, os pacientes e seus acompanhantes, em tratamento em Teófilo Otoni, geralmente são pessoas vulneráveis que, sem o auxílio do Município, não conseguiriam, sequer se alimentarem.

2.6. A saúde é um dos pilares fundamentais para o bem-estar e o desenvolvimento de uma comunidade. Reconhecendo a importância de garantir condições adequadas para o funcionamento eficiente da Secretaria Municipal de Saúde de Poté.

2.7. A contratação de serviços de hospedagem e fornecimento de alimentação para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde trará benefícios significativos para a promoção da saúde e o bem-estar da população de Poté.

2.8. Além disso, ao proporcionar condições adequadas para o trabalho e o convívio, a contratação desses serviços contribuirá para o aumento da motivação, satisfação e produtividade dos servidores municipais, refletindo positivamente na qualidade dos serviços prestados à comunidade de Poté.

2.9. Os serviços de hospedagem necessários incluem a disponibilidade de acomodações confortáveis e adequadas para eventos, capacitações e outras atividades realizadas pelas secretarias municipais.

2.10. O processo de contratação dos serviços de hospedagem e fornecimento de alimentação será realizado de forma transparente, seguindo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Critérios objetivos serão estabelecidos para a seleção dos fornecedores, levando em consideração aspectos como capacidade de atendimento, qualidade dos serviços e preços competitivos

2.11. As Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de Poté vem a solicitar tais aquisições de Serviço de hospedagens e alimentação no âmbito das sedes dos Município de Poté e de Teófilo Otoni onde serão fornecidos de acordo com as necessidades nos eventos realizados pelas unidades administrativas do município, tais como área da saúde, assistência social e demais setores das unidades administrativas sendo assim se faz necessária tal aquisição.

2.12. A contratação de empresa para fornecimento de Serviço de hospedagens e alimentação no âmbito da sede do município aos setores, se faz necessária para o cumprimento de suas atividades finalísticas e administrativas, por serem



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



Serviços/produtos de atendimentos e entregas imediatas, independente do dia, horário e local, será motivada pela sua necessidade.

Em conclusão, a contratação de serviços de hospedagem e fornecimento de alimentação para atender às demandas das secretarias municipais de Poté é essencial para garantir o adequado funcionamento das atividades administrativas e o bem-estar dos servidores e dos pacientes, usuários do SUS, em tratamento na Cidade de Teófilo Otoni. Ao investir nessas áreas, o município fortalecerá sua capacidade de prestação de serviços públicos de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da comunidade de Poté.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. O certame deverá assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, o qual tem a solução detalhada no bojo do processo administrativo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os parâmetros de sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. Subcontratação

4.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Garantia da contratação

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Execução

5.1.1. O hotel deverá dispor de apartamentos que atendem às especificações mínimas exigidas no presente Termo de Referência, além de possuírem, pelo menos: TV a cores, telefone, banheiro e café da manhã.

5.1.2. O Município de Poté não se responsabilizará por despesas extras dos hóspedes como: **bebidas alcoólicas, frigobar, cigarros, telefonemas, lavanderia e outras de caráter pessoal.**

5.1.3. Os serviços serão prestados nas cidades de Poté e Teófilo Otoni, portanto, a empresa contratada deverá disponibilizar o estabelecimento hoteleiro e/ou restaurante no perímetro urbano das Cidades de Poté e/ou Teófilo Otoni.

5.1.4. A licitante vencedora da licitação deverá apresentar as seguintes características mínimas:

a) - Espaço refeitório dentro das normas de higiene e qualidade, devendo oferecer, OBRIGATORIAMENTE, café da manhã;



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



- b) - Toda rouparia utilizada deverá ser trocada, no mínimo, uma vez ao dia sendo que todo material deve ser devidamente esterilizado;
- c) - Deverão ser observadas as normas referentes a segurança quanto a incêndios, sendo que deverá haver extintores posicionados em locais estratégicos e carregados de material compatível ao combate das diversas classes de incêndio, de acordo com o ambiente;
- d) - Efetivar cadastro individualizado dos usuários, mantendo controle atualizado dos dados;
- e) - Todos os locais que ofereçam algum risco aos hóspedes deverão estar devidamente sinalizados, inclusive escadas, se for o caso, devendo conter piso ou faixas antiderrapantes;
- f) - O prazo de entrega dos materiais/prestação de serviços deverá ser imediato mediante apresentação da requisição e/ou ticket (vale - refeição/hospedagem).

5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2.1. O prazo legal de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor.)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Fiscalização

6.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), conforme indicado em regulamento.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



6.6.2. Fiscalização Técnica

6.6.2.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.6.2.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.6.2.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.6.2.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.6.2.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.2.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.6.3. Fiscalização Administrativa

6.6.3.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.6.3.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.6.4. Gestor do Contrato

6.6.4.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.6.4.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



6.6.4.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.6.4.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.6.4.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.6.4.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.6.4.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento

7.1.1 Os produtos e/ou serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da sua entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente a ser apresentado no prazo legal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os produtos e/ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01 (uma) hora, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



2021, comunicando-se   empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine   parcela incontroversa da execu o do objeto, para efeito de liquida o e pagamento.

7.1.6. O prazo para a soluço, pelo contratado, de inconsistências na execu o do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administra o durante a análise prévia   liquida o de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execu o do contrato.

7.2. Liquida o

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquida o, na forma desta se o, prorrogáveis por igual período, de forma mensal de acordo com o fornecimento.

7.2.2. Para fins de liquida o, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

O nome do item;

O número do item entregue;

A quantidade correspondente a cada item;

O valor a pagar;

Eventual destaque do valor de reten es tributárias cabíveis.

7.2.3. Havendo erro na apresenta o da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquida o da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprova o da regulariza o da situa o, sem ônus ao contratante;

7.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprova o da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou   documenta o mencionada no art. 68 da Lei n  14.133, de 2021, podendo os documentos serem solicitados da empresa pelo setor responsável.

7.2.5. A Administra o deverá realizar consultar regulares da situa o da empresa, especialmente para:

a) - Verificar a manuten o das condi es de habilita o exigidas no edital;

b) - Identificar possível razão que impeça a participa o em licita o, no âmbito do órgão ou entidade, proibi o de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.6. Constatando-se a situa o de irregularidade da contratada, será providenciada sua notifica o, por escrito, para que, no prazo de 01 (uma) hora, regularize sua situa o ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.7. Não havendo regulariza o ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscaliza o da



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação nos termos acima mencionados.

7.3. Prazo e forma de pagamento

7.3.1. O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado no 30º (trigésimo) dia, à **CONTRATADA**, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/21.

7.3.2. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

7.3.3. A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação dos produtos entregues e/ou serviços prestados pela fiscalização do Município de **Poté** e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

7.3.4. Para execução do pagamento, **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de **Poté**, informando o **número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra**.

7.3.5. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de **Poté**.

7.3.6. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

7.3.7. O Município de **Poté** poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CONTRATADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

a) - A **CONTRATADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de **Poté**.

b) - Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



c) - A **CONTRATADA** retarde indevidamente a execu o do fornecimento e/ou serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de Pot .

d) - Débito da **CONTRATADA** para com o Município de Pot  quer proveniente da execu o deste instrumento, quer de obriga es de outros contratos.

e) - Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infra o as demais cláusulas e obriga es estabelecidas neste instrumento.

7.3.8. Respeitadas as condi es previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Município de Pot , os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o  ndice de varia o do IGP-M do mês anterior ao do pagamento "*pro rata tempore*", ou por outro  ndice que venha lhe substituir, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

NOTA 1: O encaminhamento da nota fiscal para pagamento poderá ser feito através do envio dos documentos para o e-mail: compras@pote.com.br.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELE O DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1 Forma de sele o e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realiza o de processo administrativo de licita o, na modalidade Pregão, na forma Eletr nica, nos termos da legisla o, com ado o do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Nos termos do artigo 23,  1 , inciso IV da Lei n  14.133/21, justifica-se a obten o dos orçamentos dos fornecedores descritos por se tratar de empresas atuantes na área e que desempenham atividades compatíveis com as pretensões do Município de Pot . Some-se a isso o fato de que, a obten o de orçamentos de fornecedores de outra realidade mercadológica, como de grandes centros por exemplo ou contextos distintos, poderia conduzir   falsa no o de valor estimado, vez que, não foi possível encontrar valores de órgãos com complexidade e características semelhantes ao pretendido.

8.2. Forma de fornecimento

8.2.1. A entrega dos objetos licitados deverá ser TOTAL, conforme "Ordem de Fornecimento" e deverá vir acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verifica o do cumprimento das especifica es contidas no Termo de Referência.

8.2.2. Os serviços serão prestados nas cidades de Pot  e Teófilo Otoni, portanto, a empresa contratada deverá disponibilizar o estabelecimento hoteleiro e/ou restaurante no perímetro urbano das Cidades de Pot  e/ou Teófilo Otoni.

8.2.3. O prazo de entrega dos materiais/presta o de serviços deverá ser imediato mediante apresenta o da requisiza o e/ou ticket (vale - refei o/hospedagem).

8.3 Exigências de habilita o

8.3.1. Para fins de habilita o, o **licitante vencedor** deverá comprovar os seguintes requisitos:



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



8.3.1.1. Habilitação jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n.º 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, **caso se trate de pessoa física**, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

8.3.1.4. Qualificação Técnica

Alvará Sanitário expedido pelo Órgão da Vigilância Sanitária competente da Secretaria de Saúde do Estado ou do Município de origem da empresa, quando houver delegação de competência, para emissão do alvará pelo município.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação foi obtido através de pesquisas de preços realizadas, nos termos da legislação.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da aquisição, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

200301.0412201062.012 - Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

33903000000 - Material de Consumo

15000000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos (livre)

Ficha: 074

200301.0412201062.012 - Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

17200000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos (livre)

Ficha: 077

200301.0412301062.022 - Manutenção da Divisão de Contabilidade



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



33903000000 - Material de Consumo
15000000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos (livre)
Ficha: 130

200301.0412301062.022 - Manutenção da Divisão de Contabilidade
33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
15000000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos (livre)
Ficha: 133

200301.0618101062.025 - Manutenção Convênio com Polícia Militar
33903000000 - Material de Consumo
15000000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos (livre)
Ficha: 146

200301.0618101062.025 - Manutenção Convênio com Polícia Militar
33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
15000000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos (livre)
Ficha: 148

200601.1012201062.040 - Manutenção da Secretaria de Saúde
33903000000 - Material de Consumo
15000000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos (livre)
Ficha: 260

200601.1012201062.040 - Manutenção da Secretaria de Saúde
33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
15000001002 - Recursos Não Vinculados de Impostos (livre)
Ficha: 263

200602.1030102032.050 - Manut. Programa Saúde da Família - PSF
33903000000 - Material de Consumo
16000000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do
Governo Federal
16210000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do
Governo Estadual
Ficha: 322

200602.1030202012.047 - Manutenção Programa de Transporte de Doentes

33903000000 - Material de Consumo
15000001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Saúde)
Ficha: 334

200602.1030502452.056 - Atividades da Vigilância Epidemiológica
33903000000 - Material de Consumo
16000000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do
Governo Federal
16210000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do
Governo Estadual
Ficha: 385

16000000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do
Governo Federal



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



- 16210000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do
Governo Estadual
33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 388
- 200701.1212201062.057 - Manuten o da Secretaria de Educa o
33903000000 - Material de Consumo
15000001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Educa o)
Ficha: 393
- 15000001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Educa o)
33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 396
- 200801.1512201062.083 - Atividades Serviços de Obras e Serviços Urbano
33903000000 - Material de Consumo
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre)
Ficha: 577
33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre)
Ficha: 580



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO II
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO DA DEMANDA:

“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO”

Poté, abril de 2024.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



1 - INFORMAÇÕES BÁSICAS

Área Requisitante: Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO.

2 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida não encontra previsão no plano de contratações anual, o qual encontra-se em fase de planejamento, por meio do levantamento das demandas formalizadas para sua elaboração oriundas dos diversos setores componentes da estrutura organizacional do Município de Poté.

3 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A necessidade de contratação de serviços de hospedagem e fornecimento de alimentação para atendimento das secretarias municipais de Poté emerge da demanda constante por infraestrutura adequada para a realização de atividades administrativas, eventos, capacitações e outras iniciativas que envolvam a participação de funcionários públicos e colaboradores externos. Poté, como muitos municípios, enfrenta desafios logísticos para acomodar e alimentar adequadamente os participantes dessas atividades, especialmente quando estas envolvem a presença de pessoas de outras localidades.

A hospedagem torna-se essencial para garantir o conforto e a segurança dos participantes que necessitam de estadia prolongada, como em casos de capacitações ou eventos que se estendem por vários dias. Além disso, a disponibilidade de hospedagem próxima aos locais de realização das atividades reduz o tempo de deslocamento dos participantes, otimizando o aproveitamento do tempo e contribuindo para o sucesso dos eventos.

Já o fornecimento de alimentação é crucial para assegurar que os servidores públicos municipais e pacientes em tratamento na Cidade de Teófilo Otoni tenham acesso a refeições de qualidade durante sua permanência no município. Além de garantir a satisfação e o bem-estar dos envolvidos, uma alimentação adequada é fundamental para manter o nível de energia e a concentração necessários para o bom desempenho nas atividades propostas.

Portanto, a contratação de serviços de hospedagem e fornecimento de alimentação se apresenta como uma medida estratégica para atender às necessidades das secretarias municipais de Poté, proporcionando condições adequadas para a realização de suas atividades e contribuindo para a eficiência e eficácia da gestão pública local.

4 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para o problema indicado acima ser solucionado, entende-se necessário que a contratação apresente os seguintes requisitos:



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Indicar preposto para representá-la durante a execução do Contrato. Conforme previsto no artigo 105, da Lei Federal 14.133/2021, o prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado conforme previsto no artigo 107, da Lei Federal 14.133/2021.
- O licitante deverá garantir os requisitos de qualidade, funcionamento e rendimento dos itens entregues conforme edital durante toda a vigência do contrato

5 - LEVANTAMENTO DO MERCADO

Consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

- a) Ser avaliada a vantajosidade econômica, preferencialmente pela comparação do custo total das soluções propostas e da solução atual, quando for o caso;
- b) Serem ponderados os ganhos de eficiência administrativa, pela economia de tempo, de recursos materiais e de pessoal;
- c) Serem consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração;
- d) Ser considerada a incorporação de tecnologias que permitam ganhos de eficiência, exatidão, segurança, transparência, impessoalidade, padronização ou controle, se for o caso;
- e) Ser realizada consulta ou audiência pública com potenciais contratadas para coleta de contribuições;
- f) Em caso de possibilidade de aquisição ou prestação de serviço, inclusive no caso de locação de bens, para a satisfação da necessidade pública, serem avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa;
- g) Serem consideradas outras opções menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos para doação e permuta.

Considerando as características de utilização, a quantidade do veículo necessário, os



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



períodos informados e os valores estimados, conclui-se que a melhor opção e a mais vantajosa, adequada e disponível no mercado, sob a égide dos princípios da oportunidade e conveniência da Administração Pública está na efetiva Aquisição destes materiais, assim também pela boa qualidade e procedência de cada produto licitado.

Salienta-se que esta solução tem sido utilizada e tem se mostrado mais eficiente e eficaz no atendimento das necessidades do Município de Poté até o momento, sendo passível de análise quando se utilizar de outra solução mais vantajosa a Administração Pública no mercado.

6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Descrição da solução final definida como um todo, inclusive das exigências relacionadas aos insumos, à garantia, à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução.

Diante das alternativas apresentadas pelo mercado, sopesando-se os prós e contras de cada uma delas, entende-se que a melhor solução para a satisfação do interesse público é a realização de licitação para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO**.

O fornecedor contratado responderá por quaisquer danos provenientes da execução irregular do objeto da contratação.

7- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL
1	ALIMENTAÇÃO (ALMOÇO / JANTAR): SERVIDA A ESTILO DE REFEIÇÃO OU SELF SERVICE SEM BALANÇA , PREPARADA DENTRO DOS PADRÕES DE HIGIENE, COMPOSTA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS, BEM TEMPERADOS, COM UMA BOA VARIEDADE DE VERDURAS, CARNES E LEGUMES. LOCAL DE ATENDIMENTO: SEDE DO MUNICÍPIO DE POTÉ/MG	UNIDADE	11.250	28,87	324.787,50
COTA DO ITEM 1	ALIMENTAÇÃO (ALMOÇO / JANTAR): SERVIDA A ESTILO DE REFEIÇÃO OU SELF SERVICE SEM BALANÇA , PREPARADA DENTRO DOS PADRÕES DE HIGIENE, COMPOSTA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS, BEM TEMPERADOS, COM UMA BOA VARIEDADE DE VERDURAS, CARNES E LEGUMES. LOCAL DE ATENDIMENTO: SEDE DO MUNICÍPIO DE POTÉ/MG	UNIDADE	3.750	28,87	108.262,50
2	ALIMENTAÇÃO (ALMOÇO): SERVIDA A ESTILO DE REFEIÇÃO OU SELF SERVICE SEM BALANÇA , PREPARADA DENTRO DOS PADRÕES DE HIGIENE, COMPOSTA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS, BEM TEMPERADOS, COM UMA BOA VARIEDADE DE VERDURAS, CARNES E LEGUMES. LOCAL DE ATENDIMENTO: SEDE DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI - MG	UNIDADE	11.750	28,87	339.222,50



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



COTA DO ITEM 2	ALIMENTA�O (ALMOÇO): SERVIDA A ESTILO DE REFEI�O OU SELF SERVICE SEM BALANÇA, PREPARADA DENTRO DOS PADRÕES DE HIGIENE, COMPOSTA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS, BEM TEMPERADOS, COM UMA BOA VARIEDADE DE VERDURAS, CARNES E LEGUMES. LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI - MG</u>	UNIDADE	3.750	28,87	108.262,50
3	ALIMENTA�O: (ALMOÇO) SERVIDA EM MARMITEX NÚMERO 09 ESTILO DE REFEI�O, PREPARADA DENTRO DOS PADRÕES DE HIGIENE, COMPOSTA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS, BEM TEMPERADOS, COM UMA BOA VARIEDADE DE VERDURAS, CARNES E LEGUMES. LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI - MG</u>	MARMITEX	4.500	20,70	93.150,00
COTA DO ITEM 3	ALIMENTA�O: (ALMOÇO) SERVIDA EM MARMITEX NÚMERO 09 ESTILO DE REFEI�O, PREPARADA DENTRO DOS PADRÕES DE HIGIENE, COMPOSTA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS, BEM TEMPERADOS, COM UMA BOA VARIEDADE DE VERDURAS, CARNES E LEGUMES. LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI - MG</u>	MARMITEX	1.500	20,70	31.050,00
4	ALIMENTA�O (ALMOÇO / JANTAR): SERVIDA EM MARMITEX NÚMERO 09 ESTILO DE REFEI�O, PREPARADA DENTRO DOS PADRÕES DE HIGIENE, COMPOSTA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS, BEM TEMPERADOS, COM UMA BOA VARIEDADE DE VERDURAS, CARNES E LEGUMES. LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE POT�/MG.</u>	MARMITEX	15.000	20,70	310.500,00
COTA DO ITEM 4	ALIMENTA�O (ALMOÇO / JANTAR): SERVIDA EM MARMITEX NÚMERO 09 ESTILO DE REFEI�O, PREPARADA DENTRO DOS PADRÕES DE HIGIENE, COMPOSTA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS, BEM TEMPERADOS, COM UMA BOA VARIEDADE DE VERDURAS, CARNES E LEGUMES. LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE POT�/MG.</u>	MARMITEX	5.000	20,70	103.500,00
5	HOSPEDAGEM COM CAFÉ DA MANHÃ, PERNOITE EM QUARTO SIMPLES, PARA 01 PESSOA CONTENDO: VENTILADOR, AR-CONDICIONADO, FRIGOBAR, BANHEIRO CONJUGADO, ÁGUA GELADA, CAMA CONFORTÁVEL, BOM ESTADO CONSERVA�O E DE HIGIENE. LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE POT�/MG</u>	DIÁRIA	2.250	84,93	191.092,50
COTA DO ITEM 5	HOSPEDAGEM COM CAFÉ DA MANHÃ, PERNOITE EM QUARTO SIMPLES, PARA 01 PESSOA CONTENDO: VENTILADOR, AR-CONDICIONADO, FRIGOBAR, BANHEIRO CONJUGADO, ÁGUA GELADA, CAMA CONFORTÁVEL, BOM ESTADO CONSERVA�O E DE HIGIENE. LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE POT�/MG</u>	DIÁRIA	750	84,93	63.697,50
6	HOSPEDAGEM COM CAFÉ DA MANHÃ, PERNOITE EM QUARTO SIMPLES, PARA DUAS PESSOAS CONTENDO: VENTILADOR, BANHEIRO HOSPEDAGEM: COM CAFÉ DA MANHÃ, PERNOITE EM QUARTO SIMPLES, PARA	DIÁRIA	2.250	94,93	213.592,50



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



	DUAS PESSOAS CONTENDO: VENTILADOR, BANHEIRO CONJUGADO, ÁGUA GELADA, CAMA CONFORTÁVEL, BOM ESTADO CONSERVAÇÃO E DE HIGIENE, LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE POTÉ/MG</u>				
COTA DO ITEM 6	HOSPEDAGEM COM CAFÉ DA MANHÃ, PERNOITE EM QUARTO SIMPLES, PARA DUAS PESSOAS CONTENDO: VENTILADOR, BANHEIRO HOSPEDAGEM: COM CAFÉ DA MANHÃ, PERNOITE EM QUARTO SIMPLES, PARA DUAS PESSOAS CONTENDO: VENTILADOR, BANHEIRO CONJUGADO, ÁGUA GELADA, CAMA CONFORTÁVEL, BOM ESTADO CONSERVAÇÃO E DE HIGIENE, LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE POTÉ/MG</u>	DIÁRIA	750	94,93	71.197,50
7	HOSPEDAGEM COM CAFÉ DA MANHÃ, PERNOITE EM QUARTO SIMPLES, PARA UMA PESSOA CONTENDO: VENTILADOR, BANHEIRO, HOSPEDAGEM: COM CAFÉ DA MANHÃ, PERNOITE EM QUARTO SIMPLES, PARA UMA PESSOA CONTENDO: VENTILADOR, BANHEIRO CONJUGADO, ÁGUA GELADA, CAMA CONFORTÁVEL, BOM ESTADO CONSERVAÇÃO E DE HIGIENE. LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE POTÉ/MG</u>	DIÁRIA	1.875	71,26	133.612,50
COTA DO ITEM 7	HOSPEDAGEM COM CAFÉ DA MANHÃ, PERNOITE EM QUARTO SIMPLES, PARA UMA PESSOA CONTENDO: VENTILADOR, BANHEIRO, HOSPEDAGEM: COM CAFÉ DA MANHÃ, PERNOITE EM QUARTO SIMPLES, PARA UMA PESSOA CONTENDO: VENTILADOR, BANHEIRO CONJUGADO, ÁGUA GELADA, CAMA CONFORTÁVEL, BOM ESTADO CONSERVAÇÃO E DE HIGIENE. LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE POTÉ/MG</u>	DIÁRIA	625	71,26	44.537,50
8	HOSPEDAGEM COM CAFÉ DA MANHÃ, PERNOITE EM QUARTO SIMPLES, PARA UMA PESSOA CONTENDO: VENTILADOR, BANHEIRO CONJUGADO, ÁGUA GELADA, CAMA CONFORTÁVEL, BOM ESTADO CONSERVAÇÃO E DE HIGIENE. LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE POTÉ - MG</u>	DIÁRIA	2.250	71,26	160.335,00
COTA DO ITEM 8	HOSPEDAGEM COM CAFÉ DA MANHÃ, PERNOITE EM QUARTO SIMPLES, PARA UMA PESSOA CONTENDO: VENTILADOR, BANHEIRO CONJUGADO, ÁGUA GELADA, CAMA CONFORTÁVEL, BOM ESTADO CONSERVAÇÃO E DE HIGIENE. LOCAL DE ATENDIMENTO: <u>SEDE DO MUNICÍPIO DE POTÉ - MG</u>	DIÁRIA	750	71,26	53.445,00
TOTAL				2.350.245,00	

O custo estimado total da contratação foi obtido através de pesquisas de preços realizadas, nos termos da legislação.

9 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

O objeto deverá ser parcelado, para que mais empresas executem o objeto do certame. É mais vantajoso para o interesse público que seja possível que várias empresas forneçam os materiais, uma vez que do ponto de vista operacional é mais vantajoso à Administração.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



10 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Revedo as contratações existentes, verifico que não há contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas, ou contratações futuras, que possam impactar técnica e/ou economicamente nas soluções apresentadas.

11 - RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos com a presente contratação são:

- Em relação à eficácia: atendimento de todas as demandas do veículo, no suporte à atividade finalística do órgão;
- Quanto à eficiência: assegurar a continuidade da prestação de tais serviços, e do uso racional dos recursos financeiros;
- Com a aquisição de veículo buscam-se também, atender ao princípio da economicidade, cuja meta é a obtenção da melhor relação custo-benefício possível de um veículo em recursos financeiros, econômicos e administrativos possa alcançar, permitindo assim que os serviços sejam realizados de forma rápida, econômica e sustentável.

12 - PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não serão necessárias providências previamente à celebração do contrato.

13 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

Não foram constatados impactos ambientais e tratamentos decorrentes da contratação pretendida.

14 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Ante o exposto, frente as possibilidades apresentadas e constatada aquela que evidencie ser a mais vantajosa, verifica-se ser viável a contratação pretendida na forma supramencionada.

15 - ANEXOS

Não há anexos ao presente ETP.

16- RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP

José Darlan Sampaio de Oliveira, Secretário Municipal de Administração e Finanças.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO III
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024
MINUTA DO INSTRUMENTO DE CONTRATO Nº ----/2024

PARTES:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE POTÉ, situado na Avenida Getúlio Vargas, nº 306, Centro, inscrito no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 18.404.970/0001-18, representado neste ato pelo Sr. GILDÉSIO SAMPAIO DE OLIVEIRA, doravante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: < inserir o nome da Contratada >, estabelecida à < inserir o endereço completo da Contratada >, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº < inserir o CNPJ da Contratada >, neste ato representada pelo seu < inserir o cargo ou função >, Sr.(a) < inserir o nome completo >, < inserir a nacionalidade >, < inserir o estado civil >, < inserir a profissão >, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº < inserir o CPF >, portador(a) do RG nº < inserir o Documento de Identificação >, residente e domiciliado em < inserir o Município e a UF >, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº. 14.133/21, decorrente do Processo Licitatório nº **016/2024**, modalidade **Pregão Eletrônico** nº 009/2024 e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

Constitui objeto do presente contrato a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO**, conforme descrito abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	UNIT	TOTAL
1					
...					



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



PARÁGRAFO ÚNICO - Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Processo Licitatório do nº 016/2024, Pregão Eletrônico nº 009/2024 bem como a proposta da **CONTRATADA**, anexos e pareceres que formam o Processo Licitatório, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1 - O valor estimado deste contrato é de R\$ _____.

2.2 - O **CONTRATANTE** poderá acrescentar ou suprimir os quantitativos, respeitando os limites legais.

2.3 - Serão incorporados ao contrato, mediante Termo Aditivo todas e quaisquer modificações, que venham ser necessárias durante sua vigência decorrente de alterações unilaterais do **CONTRATANTE** ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 - Conforme previsto no artigo 105, da Lei Federal 14.133/2021, o prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado conforme previsto no artigo 107, da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado no 30º (trigésimo) dia, à **CONTRATADA**, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se o art. 141, da Lei 14.133/21.

4.1.1 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização do fornecimento e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

4.1.2 - A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação dos produtos entregues, pela fiscalização do Município de Poté, e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

4.1.3 - Para execução do pagamento, **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de Poté, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

4.1.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Poté.

4.2 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

4.3 - O Município de Poté poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CONTRATADA** caso verificadas uma ou



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a) A **CONTRATADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de Poté.
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida.
- c) A **CONTRATADA** retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de Poté.
- d) Débito da **CONTRATADA** para com o Município de Poté quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

4.4 - Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Município de Poté, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do IGP-M do mês anterior ao do pagamento “*pro rata tempore*”, ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 - Os preços serão fixos e irreajustáveis.

5.1.1 - Após os primeiros 12 (doze) meses contados da orçamentação, os preços poderão ser reajustados, em conformidade com a legislação vigente, com a aplicação da variação do Índice IGP-M.

5.2 - Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, serem refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124, II, “d”, da Lei Federal nº 14.133/21, buscarão uma solução para a questão.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

200301.0412201062.012 - Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças
33903000000 - Material de Consumo
15000000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos (livre)
Ficha: 074

200301.0412201062.012 - Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças
33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
17200000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos (livre)
Ficha: 077

200301.0412301062.022 - Manutenção da Divisão de Contabilidade



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



33903000000 - Material de Consumo
15000000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos (livre)
Ficha: 130

200301.0412301062.022 - Manutenção da Divisão de Contabilidade
33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
15000000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos (livre)
Ficha: 133

200301.0618101062.025 - Manutenção Convênio com Polícia Militar
33903000000 - Material de Consumo
15000000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos (livre)
Ficha: 146

200301.0618101062.025 - Manutenção Convênio com Polícia Militar
33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
15000000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos (livre)
Ficha: 148

200601.1012201062.040 - Manutenção da Secretaria de Saúde
33903000000 - Material de Consumo
15000000000 - Recursos Não Vinculados de Impostos (livre)
Ficha: 260

200601.1012201062.040 - Manutenção da Secretaria de Saúde
33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
15000001002 - Recursos Não Vinculados de Impostos (livre)
Ficha: 263

200602.1030102032.050 - Manut. Programa Saúde da Família - PSF
33903000000 - Material de Consumo
16000000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do
Governo Federal
16210000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do
Governo Estadual
Ficha: 322

200602.1030202012.047 - Manutenção Programa de Transporte de Doentes

33903000000 - Material de Consumo
15000001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Saúde)
Ficha: 334

200602.1030502452.056 - Atividades da Vigilância Epidemiológica
33903000000 - Material de Consumo
16000000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do
Governo Federal
16210000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do
Governo Estadual
Ficha: 385

16000000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do
Governo Federal



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



16210000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 388

200701.1212201062.057 - Manutenção da Secretaria de Educação
33903000000 - Material de Consumo

15000001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Educação)
Ficha: 393

15000001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Educação)
33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Ficha: 396

200801.1512201062.083 - Atividades Serviços de Obras e Serviços Urbano
33903000000 - Material de Consumo

15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre)
Ficha: 577

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre)
Ficha: 580

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

7.1.1. E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever da empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o Município de Poté, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

7.2. Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao Almoxarifado do Município de Poté.

7.3.1. Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.

§ 1º - O recebimento dos materiais e/ou prestação dos serviços será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.

§ 2º - O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo Município de Poté, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações do Município de Poté, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

7.4. Garantir os materiais contra defeitos de fabricação, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



7.4.1. Fornecer materiais e/ou serviços de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.

7.5. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pelo Município de Poté, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

7.6. Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto e/ou serviço que não atenda às especificações mínimas estabelecidas no contrato e na proposta da empresa contratada.

7.7. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar a de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que a entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor.

7.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s) e/ou serviço(s), num prazo máximo de **02 (duas) horas**, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

7.9. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

7.10. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.11. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

7.12. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município de Poté ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

7.13. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.

8.2. Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, além da constante do Art. 115 da Lei nº 14.133/21, as especificadas no Edital.

8.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato.

8.4. Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

8.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;

8.6. Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e no Instrumento Contratual;



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



8.7. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. - O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores, sem direito a qualquer indenização.

9.2 - Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à contratada, esta entregará a documentação correspondente aos serviços executados que, se aceitos pela Fiscalização, serão pagos pelo **CONTRATANTE**, deduzidos os débitos existentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Poté, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.

d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

e) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

f) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21;

10.2 - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.

10.3 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO

11.1 - A Contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressa da Contratante, exceto nos casos previstos em lei.



MUNICÍPIO DE POTÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

12.1 - O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/21, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 009/2024, Processo Licitatório nº 016/2024.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº. 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Teófilo Otoni, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo.

Local e Data.

MUNICÍPIO DE POTÉ
GILDÉSIO SAMPAIO DE OLIVEIRA
CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª _____ CPF: _____
2ª _____ CPF: _____